

Crack e Mídia: O que dizem as principais revistas jornalísticas do país?

Crack and Media: What do the main news magazines in the country say?

Crack y Medios: ¿Qué dicen las principales revistas periodísticas del país?

Pollyanna Santos da Silveira*

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Ana Luisa Marlière Casela**

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Érika Pizziolo Monteiro***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Gabriela Correia Lubambo Ferreira****

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Jéssica Verônica Tibúrcio de Freitas*****

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Nathália Munck Machado*****

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Pedro Henrique Antunes da Costa*****

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Telmo Mota Ronzani*****

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Ana Regina Noto*****

Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

O estudo visa analisar os conteúdos divulgados pelas principais revistas de circulação na mídia digital brasileira acerca do consumo de crack. Pesquisa documental, exploratório-descritiva, com abordagem qualitativa das três revistas semanais com maior circulação no país. O acesso foi através dos sites das revistas, as palavras-chave: "crack", "óxi" e "merla" foram utilizadas e apenas a categoria de notícias foi incluída. As 661 notícias encontradas foram analisadas em relação a duplicação, quando "crack" não foi utilizado como droga e quando não era o tema central na notícia. Restando assim, 559 notícias. A análise de conteúdo temática identificou os principais temas presentes. A maior parte das notícias é permeada pela criminalização e moralização dos usuários de crack, relacionando-se principalmente ao tratamento, bem como o tráfico, com reportagens de ações policiais e ao enfrentamento do fenômeno, através de iniciativas de combate. Compreende-se a mídia enquanto formadora de opinião, mas também como produto sócio-histórico que reflete posições e visões de mundo. Observa-se a necessidade de modificação da abordagem ao fenômeno do crack pelos meios de comunicação analisados, na tentativa de estimular um debate ampliado e realista sobre a temática, em detrimento dos correntes discursos maniqueístas, estigmatizantes e de sobreposição de racionalidades.

Palavras-chave: crack, imprensa, estigma.

ABSTRACT

The study aims to analyze the content disseminated by the main circulation magazines in the Brazilian digital media about crack consumption. Documental research, exploratory-descriptive design, with qualitative approach for the news published in the three weekly magazines with greater circulation in the country. Access was through the websites of the magazines, the keywords: "crack", "oxi" and "merla" were used and only the news category was included. The 661 news stories were analyzed in relation to duplication, when "crack" was not used as a drug and when it was not the main topic in the news - leaving 559 news. The thematic content analysis identified the main themes present. Most of the news is permeated by the criminalization and moralization of crack users, relating mainly to trafficking, reporting police actions and coping with the phenomenon, through combat and treatment initiatives. Media is understood as an opinion-maker, but also as a socio-historical product that reflects world visions. It is considered the need to modify the approach to the phenomenon of crack by the analyzed media, in an attempt to stimulate an enlarged and realistic debate on the subject, to the detriment of current manichean, stigmatizing and overlapping rationalities discourses.

Keywords: crack, press, stigma.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar los contenidos de las principales revistas de circulación en los medios digitales brasileños sobre el consumo del crack. Investigación documental, exploratorio-descriptiva, con abordaje cualitativo de las tres revistas semanales con mayor circulación en el país. El acceso fue a través de los sitios de las revistas, las palabras clave: "crack", "ohxi" y "merla" fueron utilizadas y sólo la categoría de noticias fue incluida. Las 661 noticias encontradas fueron analizadas en relación a la duplicación, cuando "crack" no fue utilizado como droga y cuando no era el tema central en las noticias. Por lo tanto, 559 noticias. El análisis de contenido temático identificó los principales temas presentes. La mayoría está permeada por la

moralización de los consumidores de crack, relacionada principalmente con el tráfico y con el afrontamiento del fenómeno, a través de iniciativas para combatir. Los medios de comunicación son formadores de opinión, impactando en los valores, creencias y políticas, sino también producto histórico-social que refleja posiciones y visiones del mundo. Por lo tanto, existe la necesidad de cambiar el enfoque al fenómeno del crack por los medios analizados en un intento de estimular un debate mejorado estigmatizantes y realista sobre el tema.

Palabras clave: crack, prensa, estigma.

1 Introdução

A Pesquisa Nacional sobre o Consumo de Crack, realizada nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal, identificou que cerca de 370 mil pessoas fazem uso regular de crack e/ou similares (pasta base, merla e "óxi"), correspondendo a 35% dos usuários de drogas ilícitas nas capitais brasileiras (Brasil, 2013). Dentre os 370 mil usuários de crack e/ou similares, estima-se que 40% encontra-se em situação de rua em função do consumo da droga e que 14% são menores de 18 anos (Brasil, 2013).

Os problemas relacionados ao consumo de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, estão associados com diversas consequências negativas para a saúde. De acordo com o estudo sobre a carga global das doenças em 2015, apesar do progresso da expectativa de vida, os problemas relacionados ao consumo de drogas são considerados um dos principais fatores para que este progresso não seja melhor. Da mesma forma, o número de mortes relacionadas ao uso de drogas representa quase 17 mil mortes por drogas, excluindo-se álcool e tabaco. O conjunto dos problemas relacionados envolve além de doenças, acidentes, episódios de violência, tráfico de drogas, assim como outras consequências sociais, tais como problemas familiares, desemprego e discriminação relacionada ao consumo (Wang et al., 2016).

Em diversas condições de saúde, em especial àquelas que estão associadas com hábitos e comportamentos considerados como desviantes das normas sociais, como a dependência de drogas, existe uma maior probabilidade de que seja atribuída aos seus portadores responsabilidade pelo surgimento e solução destes problemas. A atribuição de responsabilidade à pessoa, geralmente se faz a partir da identificação de características individuais que seriam as causas destas condições. No caso dos problemas associados com o consumo de drogas, a atribuição de responsabilidade, muitas vezes se configura como um atribuição moral, através da qual, graves problemas de saúde, como a própria dependência, são explicados publicamente como individuais, causados por falta de força de

vontade ou mesmo fraqueza de caráter (Silveira, Soares, Noto, & Ronzani, 2013).

A moralização do consumo de drogas desconsidera a complexidade associada ao desenvolvimento dos problemas relacionados ao consumo, a qual leva à vulnerabilidade, reduzindo esse fenômeno à idéia de os problemas tratam-se de escolhas pessoais. Tão logo, as pessoas que consomem drogas, passam a ter sua identidade desconstruída, em favor de um estereótipo que a reduz à condição do problema que enfrenta. A desconstrução de sua identidade como pessoa, oportuniza que ações de discriminação e preconceito resultem em exclusão social, diminuição de oportunidades de vida, carência no recebimento de cuidados em saúde, chegando até mesmo a criminalização destes comportamentos ao encarceramento, ainda que o consumo tenha produzido apenas prejuízos individuais. Este processo pode ser definido como estigma social do consumo de drogas, sendo algo pervasivo, presente e possível de ser observado em diversos contextos, incluindo serviços de saúde (Corrigan & Watson, 2002).

Os meios de comunicação cotidianamente reproduzem e reforçam o estigma social referente ao uso e a dependência de substâncias. Usuários de droga, incluindo usuários de crack, são muitas vezes retratados na mídia como pessoas perigosas, agressivas e moralmente responsáveis por sua situação (Petuco, 2011). A disseminação de uma visão reduzida e negativa frente ao consumo de drogas, contribui para construção do estigma público, que envolve a disseminação destas concepções e sua eventual cristalização como uma forma de compreensão destes problemas, sendo capaz inclusive de influenciar profissionais de saúde, que deixam de conceber estes problemas como problemas de saúde e passam a moralizá-los, reduzindo a chance de que estas pessoas recebam algum tipo de cuidado humanizado (Silveira et al., 2013).

De acordo com a teoria de "Agenda Setting", a imprensa tem grande influência na pauta política. Os temas mais recorrentes passam a ser prioritários na opinião pública e, conseqüentemente, impulsionam as ações governamentais. Além disso, o jornalismo tende a abordar temas tabus, como drogas, sem confrontar os valores culturais vigentes de forma a não desagradar seus consumidores. Estudos anteriores que analisaram matérias jornalísticas sobre drogas no Brasil confirmaram o predomínio de coberturas jornalísticas enviesadas e alarmistas (Ministério da Saúde, 2005; Noto, Pinsky, & Mastroianni, 2006; Ronzani et al. 2009).

Apesar da baixa qualidade da cobertura jornalística sobre o tema, a mídia é frequentemente considerada referencial da verdade, pautando a tomada de decisões de indivíduos e coletivos. A mídia exerce forte influência na prática profissional e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços de atenção a usuários, dependentes de

substâncias e seus familiares. É fundamental que os profissionais atuantes na área desenvolvam crítica ao jornalismo, assim como cobrem dos jornalistas qualidade na cobertura de notícias com estes temas. Com base no exemplo de ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância [ANDI], Ministério da Saúde, 2005), que durante muitos anos trabalhou ativamente para melhorar a cobertura jornalística jovem, iniciativas similares na área de drogas talvez possam impulsionar melhoria do material divulgado. A mídia pode ser uma grande aliada da saúde e direitos humanos, minimizando gradativamente o processo de estigmatização, se estiver em articulação com setores realmente comprometidos com o tema no país.

Os problemas associados com o consumo de crack, geralmente estão associados com casos de alta vulnerabilidade e ainda que tenha baixa prevalência na população geral, chamam a atenção da grande mídia e opinião pública. A saber, os problemas relacionados com o consumo de drogas, geralmente, são complexos, sendo o planejamento de estratégias para abordagem ao consumo sempre desafiadoras. O uso do crack em especial, devido a sua alta intercessão com condições de vulnerabilidade, acaba sendo alvo de discussão em diversos setores, sejam eles órgãos públicos, órgãos de saúde, universidades, mídia ou sociedade em geral (Kessler & Pechansky, 2008; Ribeiro, Sanchez, & Nappo, 2010; Raupp & Adorno, 2011). A cobertura de tal complexidade dificilmente é possível de ser feita em veículos de comunicação de massa. Simplificações do problema, carregadas de estigma, acabam sendo reproduzidas por estes atores, construindo parte do imaginário social. Tais concepções sobre o uso e o usuário, produzem e fazem circular ideias que reforçam a marginalização dos usuários de crack (Marinho, 2005).

Dessa forma, a mídia exerce a função de refletir o pensamento coletivo, construindo também formas de pensar (Ronzani et al., 2009). Nesse contexto, o objetivo do presente estudo é apresentar e analisar os conteúdos divulgados pelas principais revistas de circulação na mídia digital brasileira acerca do consumo de crack. A justificativa para realização deste estudo baseia-se na relevância que o tema crack teve para a sociedade brasileira nos últimos anos, e que a mídia é um canal de informação consolidado nos dias atuais e que influencia diretamente a opinião pública, além de ser de fundamental importância para as políticas públicas de saúde.

2 Método

2.1 Aspectos Gerais

O presente estudo trata-se de uma pesquisa documental, do tipo exploratório-descritiva, com abordagem qualitativa. Para a sua realização, foram abarcadas as três revistas semanais com maior circulação no país, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), uma entidade sem fins lucrativos, responsável pela auditoria e certificação das métricas de desempenho de veículos de comunicação impressos e digitais.

2.2 Procedimentos de coleta dos dados

Para a busca de notícias, optou-se pelo acesso *online*, através dos sites das revistas, sem a necessidade de utilização de senha de assinatura, de modo a ampliar o escopo de materiais encontrados. Em todas as três revistas foram utilizadas as palavras-chave: "crack", "óxi" e "merla", a fim de ampliar o escopo da pesquisa. Além disso, foi selecionada apenas a categoria de notícias de acordo com os critérios de cada revista, sendo excluídos colunas, vídeos e figuras.

Foram encontradas 661 notícias na revista A, 139 na B e 175 na C. Nesta última, a busca foi feita até abril de 2012, pois as notícias após este período não estavam disponíveis online no momento da coleta de dados. Na etapa seguinte, deu-se início às análises das notícias com base nos seguintes critérios de inclusão: (a) notícia não ser duplicada; (b) a palavra "crack" sendo utilizada como referência à substância psicoativa, e (c) ser a substância crack o tema central retratado na notícia. A partir da leitura inicial, foram excluídas 416 notícias que não preenchiam os critérios de inclusão. Assim, a amostra final consistiu-se de 377 notícias na revista A, 53 na B, e 129 na C, correspondendo a um total de 559 notícias.

Cabe ressaltar que, embora se tenha adotado os critérios das revistas para seleção de apenas notícias, quatro artigos da revista B se configuraram como "colunas". Contudo, optou-se por mantê-los nas análises uma vez se adequavam aos critérios de notícias da própria revista.

2.3 Análise dos dados

Realizou-se uma análise qualitativa das notícias através da análise de conteúdo do tipo temática, que visou identificar os principais temas presentes em cada revista (Bardin, 2009), de modo a possibilitar uma análise tanto comparativa entre as revistas quanto integrativa, ou seja, uma visão geral entre elas. Esses temas, extraídos da própria leitura e análise do material coletado, serviram como

orientação para a categorização das notícias em uma planilha desenvolvida no programa *Excel*, que contemplou os seguintes tópicos: (1) categoria (tema central), (2) subcategoria (desenvolvimento do tema central) e (3) termos que faziam referência aos usuários e pessoas envolvidas com o crack de alguma forma.

Para isso, o processo analítico ocorreu por meio das seguintes etapas: (a) pré-análise; (b) categorização dos dados; e (c) na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante do material, como forma de familiarização com o conteúdo (Bardin, 2009).

O processo de categorização foi feito por dois avaliadores, de maneira independente, sendo iniciado verticalmente, o que significa que foram extraídas categorias e subcategorias para cada notícia separadamente. Em um momento posterior, foi realizada a categorização horizontal, com refinamento das categorias iniciais geradas de modo vertical, a partir da comparação com o restante do material, assim como a sua generalização para todas as notícias. As categorias e subcategorias foram definidas de acordo com os principais temas descritos pelas notícias (ver Tabela 1). Tanto na categorização vertical quanto na horizontal, nos casos de divergência, dois outros pesquisadores foram consultados, chegando a um consenso. Por fim, foi realizado o tratamento, as inferências e a interpretação dos resultados, a partir do objetivo e aporte teórico da pesquisa (Bardin, 2009).

Para a apresentação dos resultados, as notícias foram organizadas através da soma da frequência de categorias e subcategorias extraídas do *Excel*, com os conteúdos analisados em seguida. Para os termos relacionados aos usuários de crack foi criada uma *wordcloud* (nuvem de palavras), que é uma representação visual de dados de texto. Para isso, utilizou-se o pacote "*wordcloud*" do software *R Project for Statistical Computing* (Fellows, 2013).

Todas as denominações dos usuários empregadas pelas notícias foram tabuladas, com aqueles termos que se encontravam no plural sendo alterados para sua respectiva forma no singular, como forma de padronização. Um arquivo do tipo text file (.txt) foi gerado com estas palavras e exportado para o software *R Project for Statistical Computing*. Finalmente, utilizou-se o pacote "*wordcloud*" do *R* (Fellows, 2013) e comandos de programação para definir as características da nuvem de palavras (tamanho das letras, cores, posição etc.). Assim, a nuvem de palavras sintetiza e ilustra os termos mais utilizados para caracterizar os usuários de drogas. A utilização destes recursos visuais, como mapas, gráficos de rede e nuvens de palavras, podem aprimorar a visualização e compreensão de conjuntos de dados, mais do que tabelas e descrições.

Tabela 1 – Definições das categorias e subcategorias a partir da análise de conteúdo

Categoria	Subcategoria	Definição
Tráfico	Prisão	Prisão decorrente do tráfico ou porte de <i>crack</i>
	Apreensão	Apreensão de pedras de <i>crack</i>
	Produção	Formas e locais de fabricação, refinamento e venda do <i>crack</i>
Enfrentamento ao <i>crack</i>	Iniciativas Governamentais Preventivas	Estratégias de prevenção ao consumo de <i>crack</i>
	Iniciativas Governamentais interventivas	Estratégias de enfrentamento e tratamento ao consumo de <i>crack</i>
	Iniciativas Não-Governamentais	Estratégias pessoais voltadas para o enfrentamento ao consumo de <i>crack</i>
	Protestos	Manifestações, discussões e críticas relacionadas a questões de enfrentamento e consumo de <i>crack</i>
Saúde	Epidemiologia	Estatísticas e padrão de consumo de <i>crack</i>
	Consumo	Associação da droga à pessoa em destaque na notícia
	Implicações físicas e sociais	Prejuízos orgânicos decorrentes do consumo de <i>crack</i> e prejuízos para a sociedade
Economia	Publicidade	Divulgação de novas e antigas drogas e formas de uso, contribuindo para a sua mercantilização

3 Resultados

De acordo com o processo supracitado, 559 notícias preencheram os critérios de inclusão estabelecidos e compuseram a amostra do presente estudo. Do total de notícias encontradas, 49 preencheram os critérios de elegibilidade em mais de uma categoria e 250 em mais de uma subcategoria. Duas das notícias encontradas não se enquadraram em nenhuma categoria, os resultados são apresentados na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Frequências de Categorias e Subcategorias

Categoria	Subcategoria	Frequência (n)
Tráfico (n= 247)	Prisão	205
	Apreensão	229
	Produção	14
Enfrentamento ao Crack (n= 220)	Iniciativas Governamentais Interventivas	168
	Iniciativas Governamentais Preventivas	23
	Iniciativas Não-Governamentais	8
	Protestos	56
Saúde (n= 126)	Epidemiologia	29
	Consumo	49
	Implicações Físicas e Sociais	52
Economia (n= 6)	Publicidade	6

Observa-se nas categorias e subcategorias uma maior prevalência de notícias relacionadas ao tráfico, com reportagens de ações policiais de prisões e apreensões, e ao enfrentamento do fenômeno, principalmente através de iniciativas de combate, seguido de ações de tratamento. A partir disso e da análise do conteúdo das reportagens, percebe-se uma predominância de dois principais vieses: um primeiro de combate ao uso de crack devido as suas consequências negativas e outro relacionado à criminalização e moralização dos usuários de crack. Em muitos dos casos estas racionalidades estão relacionadas e atravessam também outras categorias e subcategorias, não sendo possível analisá-las separadamente. Mesmo quando a notícia trata de aspectos que não são necessariamente sobre o combate ao uso e sobre o usuário em si, seu conteúdo aparece atravessado por estes dois vieses. Ou seja, estas racionalidades permeiam o conteúdo das notícias e, conseqüentemente, o discurso dos veículos analisados sobre o crack. Sobre a primeira racionalidade, o enfrentamento à substância se dá primordialmente através do combate, em detrimento de ações preventivas e/ou assistenciais aos usuários (ver Tabela 2). Os prejuízos do uso do crack são constantemente enunciados, com a dependência caracterizada como algo avassalador que se instaura quase que instantaneamente no usuário, obstaculizando e, até mesmo, impossibilitando sua recuperação. Por outro lado, as consequências negativas do uso do crack são frequentemente

associadas com um aumento nos índices de violência e criminalidade, devido a fatores como o tráfico, disputa de gangues/facções rivais, embates com a polícia, comportamentos violentos dos usuários, dentre outros. Em alguns casos, o crack é noticiado como o causador direto (como em relações de causa e efeito) de violência, crimes etc., desconsiderando uma série de fatores conjunturais, como pode ser visto nas seguintes citações: *“O consumo de crack segundo ele foi o que o levou a estuprar a vítima”*. *“Com o número de usuários de crack, aumentaram os casos de assassinatos por dívidas pequenas [...] “A droga era a fagulha que faltava””*.

Com relação à criminalização e moralização dos usuários de crack, observa-se um destaque para ações de apreensões de drogas e prisões de usuários e, em grande parte, de traficantes. Empreitadas policiais de repressão à oferta são frequentemente descritas, com relatos de uma tendência no crescimento de apreensões de crack gerada por um aumento na oferta da droga no país. Esse aumento na oferta aparece como consequência principal do aumento da exportação da droga por países sul-americanos vizinhos, o que requer também ações de polícia nas fronteiras do país.

O setor de segurança pública e, principalmente a polícia, aparecem restritos a ações de repressão e punição. Coloca-se nessas ações repressivas como se a punição através da prisão, estabelecimento de medidas alternativas etc., fosse por si só capaz de conscientizar e educar os usuários de crack e a população geral acerca dos prejuízos do uso dessa substância. Tudo isso é sustentado por uma cultura unilateral negativa sobre o uso de drogas em geral.

Em relação a visão sobre as pessoas envolvidas com o crack, foram encontrados 38 termos diferentes que faziam referência a esta população, podendo ser visualizados na figura 1 (quanto maior o tamanho do termo na figura, maior a sua frequência de uso nas notícias). Apesar dos termos mais empregados serem “usuário” e “dependente” (e suas variações), devido a maior frequência de notícias sobre ações policiais de cunho repressivo grande parte dos termos encontra-se relacionada a esses cenários, como “traficante”, “criminoso”, “bandido”, dentre outros. Ainda de acordo com a figura, observa-se um grande número de termos pejorativos e estigmatizantes.

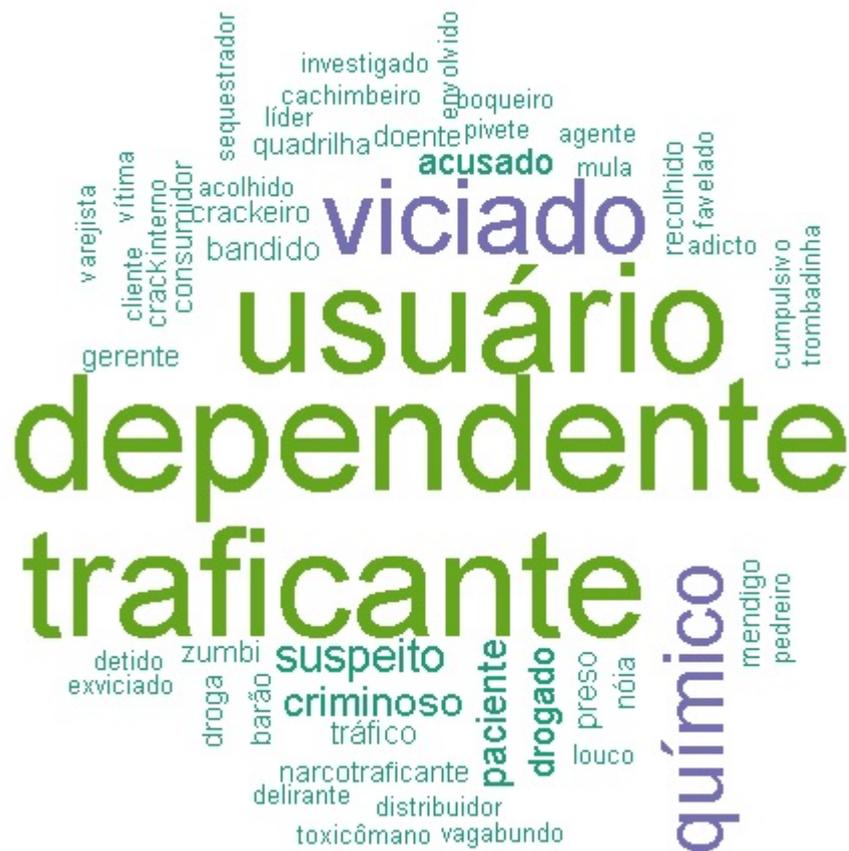


Figura 1 – Wordcloud.

A seguir, são apresentados os resultados por categorias e subcategorias de análise.

Tráfico

Com relação à temática do tráfico, a maior parte das notícias descreve ações de apreensão, citando as substâncias apreendidas e relacionando essas apreensões às atividades ilegais, como o tráfico e o porte ilegal de armas. As notícias geralmente associam-se a episódios de violência envolvendo os traficantes e as principais fontes de informações são policiais (militares, federais e civis). As apreensões descritas são geralmente feitas em grandes centros urbanos da região sudeste, sobretudo na periferia.

Também são relatadas prisões de pessoas acusadas de participação no tráfico de substâncias ilegais. Assim, como as apreensões, geralmente as prisões ocorrem em áreas de vulnerabilidade social de grandes centros urbanos. Em menor número estavam as notícias associadas ao tráfico internacional de substâncias ilícitas.

Enfrentamento ao Crack

As iniciativas de lidar com a questão do crack mais noticiadas eram ações públicas de caráter pontual focando no combate à substância, bem como abordando comportamentos de abuso do crack e suas respectivas consequências de forma superficial, através de ações sem indícios de eficácia ou efetividade. Tal ênfase no combate ao fenômeno é corroborada por várias falas de políticos e candidatos. Em geral, as notícias veiculam uma visão unilateral sobre tratamento e cuidado dos usuários que se traduz através de uma perspectiva reducionista: *“A psiquiatra explica que um viciado em crack precisa estar em tratamento contínuo por, no mínimo, doze meses. Entre os usuários de crack, a necessidade de internação para deixar o vício é três vezes maior que no caso dos alcoólatras, por exemplo.”*

As expressões “recolhimento de usuários de crack” e “internação compulsória ou involuntária” são frequentemente citadas, com vinculação de ações de retirada dos usuários em situação de vulnerabilidade social organizadas pelos governos, seja através das secretarias de saúde ou assistência social. Entretanto, em muitas das ações de contenção/recolhimento, os responsáveis pela execução são policiais. Além disso, em alguns casos, os depoimentos de profissionais com atuação na área, representantes de saberes especializados - especialmente da saúde - aparecem como justificativas técnicas para estas ações, como pode ser visto na citação abaixo: *“O dependente do crack ouve, mas não escuta. Vê, mas não enxerga. O mecanismo de atenção está totalmente voltado para obter a substância. Da mesma forma que um animal faminto, que só enxerga a comida, a única coisa que o usuário enxerga é o crack”*.

As iniciativas governamentais de prevenção apresentam caráter mais abrangente, dando ênfase, por exemplo, à importância da prevenção ao uso de drogas entre crianças/adolescentes ou ao processo de capacitação de profissionais sobre o crack, reflexo de programas governamentais em álcool e outras drogas. Porém, na maioria das vezes, estas ações são apresentadas de forma secundária ou como um prolongamento das ações pontuais de enfrentamento e combate, mencionadas acima. Soma-se isso ao menor número de notícias com esse enfoque e o fato das ações preventivas descritas ficarem restritas às campanhas alarmistas (*“Nunca experimente o crack, ele causa dependência e mata”*) e ações de prevenção primária, para pessoas que não usaram drogas anteriormente (principalmente crianças e adolescentes), desconsiderando ações de prevenção secundária ou terciária.

Nas iniciativas não governamentais, são noticiadas algumas ações de usuários ou pessoas/instituições da sociedade civil para o tratamento de usuários de drogas. Algumas reportagens abordaram a realização

de protestos sobre a temática, com críticas às ações pontuais de combate ao uso de crack que, segundo as notícias, são isoladas e pouco planejadas. As reportagens trazem discussões sobre, por exemplo, a eficácia de ações truculentas como as realizadas nas cracolândias da cidade de São Paulo. Embora em menor número, tais notícias apresentam-se como contraponto à visão hegemônica do enfrentamento ao crack através do combate ou criminalização dos usuários.

Saúde

Sobre o consumo e as implicações físicas e sociais, uma grande parte das notícias abordaram as consequências do uso de crack, tanto para o próprio usuário, quanto para terceiros. Tais consequências geralmente são descritas como extremamente negativas por envolverem danos à saúde ou atos de violência, sendo percebidas frequentemente em falas sobre os *“efeitos devastadores do crack”*. Conforme supracitado, abordam prejuízos causados pela presença de usuários junto à população, mostrando uma associação entre o uso de crack, violência, saúde e segurança pública: *“Cerca de 80% dos homicídios e de toda a violência no [estado] decorrem da popularização do crack.”*. Além disso, foram frequentes os relatos sobre figuras públicas que eram usuários de crack, com histórias de cantores/atores famosos, políticos e atletas.

A subcategoria relacionada à utilização e divulgação de dados epidemiológicos foi a menos frequente na categoria saúde. As reportagens relataram resultados de pesquisas sobre o uso de crack ou sobre situações relacionadas, como a saúde do usuário ou sobre a segurança pública. As fontes utilizadas para o conteúdo das matérias são pesquisadores na área, centros de pesquisa, políticos ou órgãos do governo. Apesar de baseadas em pesquisas, com relatos de outros aspectos sobre o uso de crack e consequências do uso/abuso de outras drogas - como o álcool e o tabaco - em grande parte os conteúdos tendem a enfatizar uma visão estereotipada/distorcida do usuário e do consumo da substância: *“Se não é o campeão no consumo, é o campeão na decadência humana”*. *“Especialistas ouvidos pela [entidade] também calculam que a epidemia do crack irá causar 300 mil mortes em até seis anos no país”*.

Economia

Como pode ser visto na tabela 2, apenas seis notícias enquadraram-se na categoria “economia”, relacionadas ao surgimento de novas drogas, como o óxi, dando destaque também ao seu suposto potencial devastador e propagação pelo país, aliados a seu preço barato. Tais fatores são representados pelas seguintes citações: “A

nova droga que se alastra pelo país e preocupa autoridades nas áreas de saúde e segurança". "Por ora, sabe-se que, por causa da composição mais "suja", formada por elementos químicos agressivos, ela afeta o organismo mais rapidamente". "E chegou a uma terrível constatação: a droga matou um terço dos usuários no prazo de um ano".

As categorias e subcategorias resultantes do presente trabalho são discutidas, a seguir, de forma integrada e permeada pela literatura de referência na área.

4 Discussão

De acordo com os resultados apresentados, o uso de crack é abordado pelos veículos midiáticos incluídos no estudo como uma questão social a ser abrangida predominantemente no âmbito da segurança pública, mesmo com a Política de Ação Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas (PAIUAD) do Ministério da Saúde e a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), pressupondo a abordagem ao fenômeno, especialmente ao usuário de drogas, a partir de um viés de saúde pública (Brasil, 2004, 2005). Dentre uma ampla gama de possibilidades interventivas com relação ao crack - sejam elas de natureza social, saúde, educação etc. ou promotoras de saúde, preventivas, de tratamento, redução de danos, dentre outras - prevalecem o combate e a repressão à substância e ao usuário. Dessa forma, a identificação do discurso de "combate" às drogas é concretizada através de ações repressoras e da perspectiva médico-curativa que defende, por exemplo, a internação compulsória dos usuários a partir de ações reducionistas, pontuais e pouco estruturadas em nível de rede e do cuidado ao usuário de drogas (Marinho, 2005; Noto, Baptista, Faria, Nappo, Galduróz, & Carlini, 2003; Noto et al., 2006; Romanini & Roso, 2012; Ronzani et al., 2009).

Ressalta-se a necessidade de um entendimento do momento político abrangido pelo recorte da pesquisa, atravessado por uma disputa presidencial eleitoral na qual o uso, abuso e a dependência de drogas apresentaram-se como ponto prioritário de campanha dos candidatos, bem como o próprio contexto sócio histórico no qual estamos inseridos, no qual questões relacionadas à segurança pública encontram-se em posição central nos debates produzidos em ambientes midiáticos e também em instituições políticas. Conforme aponta Mastroianni (2006), ao analisar o conteúdo e o processo de construção de notícias sobre drogas entre os anos 2000 e 2003, os jornais apresentaram uma tendência de divulgar e reforçar a opinião predominante da população geral e/ou de seus clientes e leitores.

Assim, deve-se considerar a importância do contexto na cobertura midiática, de modo a também refletir tendências e visões atuais sobre o assunto.

Ademais, a ampla visibilidade do crack reduzida a um problema decorrente de cenas de uso como as “cracolândias”, tem levado a diversas especulações acerca dos usuários, sendo comumente e equivocadamente vistos como perigosos e perturbadores da ordem social (Brasil, 2013; Domanico, 2006). Dessa forma, a maneira negativa como o tema é representado pela mídia, aliada a um tom emocional acaba por reforçar a moralização e estigmatização dos usuários de crack, associando-os a contextos de marginalização e criminalidade (Marinho, 2005).

De uma forma geral, os resultados encontrados são corroborados por outros estudos realizados no Brasil, com o objetivo de avaliar os tipos de informação veiculados na mídia acerca da temática das drogas (Chagas & Seeger, 2013; Nappo, Sanchez, & Ribeiro, 2012; Noto et al., 2006; Romanini & Roso, 2012; Ronzani et al., 2009). Em suma, as substâncias, de uma forma geral, são consideradas um mal para a sociedade e estão relacionadas, constantemente, ao envolvimento dos usuários a contextos de violência (Mastroianni, 2006). Constatou-se, inclusive, neste contexto que uma grande parcela dos próprios jornalistas consideram inadequada a cobertura jornalística sobre o tema, tendo como possíveis causas a insuficiência de conhecimento aprofundado sobre o assunto e a falta de tempo para a elaboração de matérias que abordem a temática a partir de um prisma ampliado.

Especificamente voltados para a questão do crack, discute-se a ideia de uma “epidemia de crack” no contexto brasileiro veiculada pela mídia, que acaba por banalizar a complexidade do fenômeno, reforçar noções pejorativas sobre os usuários e, por consequência, estratégias de segregação e dominação (Chagas & Seeger, 2013; Romanini & Roso, 2012). Dessa forma, o uso de crack é comumente visto como uma escolha pessoal ou como falha de caráter e, por isso, os usuários tendem a ser estigmatizados, sendo evitados e até considerados invisíveis socialmente (Bordignon et al., 2013; Corrigan et al., 1999; Palm, 2006).

A estigmatização se caracteriza pela desvalorização de um indivíduo com base em características físicas e pessoais, consideradas como socialmente inaceitáveis, associadas a reações negativas e julgamentos morais (Corrigan & Watson, 2002). Considerando as evidências que indicam que a dependência de substâncias é uma das condições mais estigmatizadas em todo o mundo (Fortney et al., 2004; Palm, 2006), o estigma social pode ser considerado uma das razões que justificam a evitação pela busca por ajuda e a falta de adesão ao tratamento, pois além de afetar negativamente a autoestima, reduz também as possibilidades de inserção social (Silveira, Martins, & Ronzani, 2009). Toda essa movimentação ao

redor do consumo de crack e suas implicações repercutem diretamente no olhar direcionado aos usuários dessa substância e, conseqüentemente, como eles internalizam estes aspectos e moldam seus comportamentos (Domanico, 2006).

Além da estigmatização, a criminalização do usuário de crack também é corroborada por estudos como o realizado por Romanini e Roso (2012), no qual o crack apareceu como o “culpado” pela violência presente no Estado, sendo descrito como o “combustível da criminalidade”. Apesar das diversas reportagens relatando a relação entre consumo de crack e violência, não se pode estabelecer com certeza uma relação causal entre ambas, ainda mais com tantos fatores conjunturais envolvidos (vulnerabilidade e exclusão social, pobreza, aspectos psicológicos, biológicos etc.). A própria presença de álcool ou de outras drogas nos eventos violentos não é uma questão suficientemente explicada na literatura, não permitindo inferir que somente o uso de substâncias tenha afetado o comportamento das pessoas envolvidas (Minayo & Deslandes, 1998). Não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência não teriam cometido as mesmas transgressões, bem como se estivessem em outros contextos e situações, com outras pessoas etc. (Romanini & Roso, 2012).

Nesse sentido, questiona-se a forma como são empregados alguns dados de pesquisas e até mesmo algumas dessas evidências pela mídia analisada, indo na contramão dos achados nacionais (Brasil, 2013; Carlini et al., 2007) e corroborando visões distorcidas sobre o uso e o usuário de crack, reforçando mitos e estigmas (Nappo et al., 2012). Ronzani et al. (2009) em uma análise dos conteúdos da mídia brasileira escrita sobre drogas entre 1999 e 2003, apontam para uma incompatibilidade entre o enfoque da mídia e o consumo de drogas no Brasil. Nappo et al. (2012) utilizando dados de levantamentos do uso de drogas entre estudantes de Ensino Médio e Fundamental do Brasil não corroboram a suposta epidemia de crack divulgada extensamente pela mídia, questionando inclusive o uso impróprio do termo epidemia para representar a prevalência do uso de crack.

Romanini e Roso (2012) questionam algumas pesquisas utilizadas pela mídia que destacam a relação entre o crack e o crime, numa tentativa de demonstrar que é o crack que alimenta o crime e provoca o aumento dos índices de violência no Brasil. Isso mostra que, apesar de algumas notícias relatarem o uso de fontes ditas científicas, deve-se ter em mente que pesquisas e pesquisadores também são influenciados por questões econômicas, sociais, interesses políticos, ideológicos etc. inerentes ao ser humano. Isso não quer dizer que as evidências não são importantes, somente que devem ser refletidas e problematizadas na mesma medida que outras formas de produção e obtenção de conhecimento. Ressalta-se ainda, as interpretações feitas a partir dos estudos e evidências

cientificamente produzidos, um processo também passível de vieses e, portanto, que deve ser considerado.

Uma cobertura midiática que não desconsidere o fenômeno e suas consequências, mas que o abarque de forma ampliada, contextualizada e sem ser de forma unilateral ou reducionista, pode contribuir para visões mais realistas da própria população. Estes fatores podem, inclusive, impactar positivamente na sensibilização e conscientização das pessoas sobre a questão, minimizando estigmas em relação ao usuário de crack e sensação de intimidação e pânico social, bem como informando sobre possibilidades de cuidado e/ou atuação nesses cenários (Noto et al., 2003).

Por fim, apesar de serem utilizados como fonte de notícias três grandes veículos da mídia, sabe-se que toda generalização tem suas exceções. Contudo, acredita-se que a existência de exemplos de matérias jornalísticas abrangentes e que consideram a questão do uso de drogas como um fenômeno de saúde pública não invalidam ou minimizam a força dos resultados encontrados, quando comparados com a literatura na área.

5 Considerações finais

Através da análise dos conteúdos das principais revistas de circulação na mídia digital brasileira, o presente estudo visou contribuir para o debate sobre a relação entre a mídia e o fenômeno do uso de crack. Assim, não se trata de uma tentativa de relativizar as consequências do crack, enquanto um ampliado problema social e de saúde pública e que requer políticas públicas e ações sistemáticas. Além disso, não pretende-se desmerecer as iniciativas da mídia, representada pelas revistas analisadas, em lançar luz sobre este fenômeno, dado o seu impacto na nossa sociedade atual. Compreende-se a mídia enquanto formadora de opinião, impactando em valores, crenças, e até mesmo políticas, mas, ao mesmo tempo, enquanto produto sócio histórico que reflete posições e visões de mundo que as circunda.

Nesse sentido, através desse exercício crítico, observa-se a necessidade de modificação da abordagem ao fenômeno do crack pelos meios de comunicação analisados, na tentativa de estimular um debate ampliado e realista sobre a temática, em detrimento dos correntes discursos maniqueístas e de sobreposição de racionalidades. Para isso, propõe-se uma maior integração entre mídia, profissionais e academia, de modo que todos compreendam suas respectivas posições e responsabilidades nesse cenário, possibilitando uma maior articulação e contribuições conjuntas, em detrimento de críticas isoladas, polarizações e utilizações baseadas em interesses meramente políticos ou ideológicos.

Os resultados e pontos de discussão encontrados e enfatizados no presente trabalho buscam produzir conscientização sobre a abordagem midiática tradicionalmente utilizada para apresentar o fenômeno do uso das drogas para a população geral, contribuindo para o fortalecimento de visões estereotipadas.

Consideram-se como limitações, o reduzido número de revistas incluídos no estudo, assim como o período eleitoral durante o qual as buscas foram feitas, tendo em vista o fato de que uso de crack tinha bastante ênfase nas plataformas de campanha eleitorais e, portanto, atenção midiática. Ressalta-se, entretanto, a condução metodológica embasada para busca e análise dos dados, assim como um criterioso processo de interpretação e apresentação dos resultados, de forma a contribuir com a literatura na área. Sugere-se, entretanto, que as notícias mais recentemente veiculadas - tanto por revistas de circulação nacional como por jornais - sejam analisadas, de forma a identificar novos padrões com que são produzidas ou para corroborar os resultados aqui encontrados.

Considera-se para produção do presente trabalho, instituições de fomento à pesquisa de doutorado a partir do qual o presente trabalho originou-se, sendo essas, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Referências

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bordignon, J. S., da Silveira, C. C. S., Delvivo, E. M., Araújo, C. P., Dalla Lasta, L., & Weiller, T. H. (2013). Adultos em situação de rua: Acesso aos Serviços de Saúde e Constante Busca Pela Ressocialização. *Revista Contexto & Saúde*, 10(20), 629-634.
- Brasil. (2004). *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2005). *Política Nacional sobre Drogas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2013). *Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país*. Brasília: Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.
- Carlini, E. A., Galduróz, J. C. F., Noto, A. R., Fonseca, A. M., Carlini, C. M., Oliveira, L. G., Nappo, S. A., Moura, Y. G., & Sanches, Z. V. D. M. (2007). *II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo envolvendo as 108*

- maiores cidades do país*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica Ltda.
- Chagas, A. T., & Seeger, F. D. (2013). Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. *Barbarói*, 38, 145-177.
- Corrigan, P. W., River, L., Lundin, R. K., Wasowski, K. U., Campion, J., Mathisen, J., & Kubiak, M. A. (1999). Predictors of participation in campaigns against mental illness stigma. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 187, 378-380.
- Corrigan, P. W., & Watson, A. C. (2002). The paradox of self-stigma and mental illness. *Clinical Psychology-Science and Practice*, 9(1), 35-53.
- Domanico, A. (2006). *Craqueiros e cracados: Bem-vindo ao mundo dos nórias!: estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Fellows, I. (2013). Wordcloud: Word Clouds. R package version 2.4. Recuperado de <http://CRAN.R-project.org/package=wordcloud>
- Fortney, J., Mukherjee, S., Curran, G., Fortney, S., Han, X., & M., & Booth. B. (2004). Factors Associated with Perceived Stigma for Alcohol Use and Treatment Among At-Risk Drinkers. *Journal of Behavioral Health Services & Research*, 31(4), 418-429.
- Kessler, F., & Pechansky, F. (2008). Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 30(2), 96-98.
- Marinho, M. B. (2005). O demônio nos "paraísos artificiais": considerações sobre as políticas de comunicação para a saúde relacionadas ao consumo de drogas. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, 9(17), 343-354.
- Mastroianni, F. C. (2006). *As drogas psicotrópicas e a imprensa brasileira: Análise do material publicado e do discurso dos profissionais da área de jornalismo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Minayo, M. C. S., & Deslandes, S. F. (1998). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(1), 35-42.
- Ministério da Saúde. (2005). *Mídia e Drogas. O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira*. Recuperado de <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/midia-e-drogas-o-perfil-do-uso-e-do-usuario-na-imprensa-brasi>
- Nappo, S. A., Sanchez, Z. M., & Ribeiro, L. A. (2012). Is there a crack epidemic among students in Brazil?: comments on media and public health issues. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(9), 1643-1649.

- Noto, A. R., Baptista, M. C., Faria, S. T., Nappo, S. A., Galduróz, J. C. F., & Carlini, E. A. (2003). Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 69-79.
- Noto, A. R., Pinsky, I., & Mastroianni, F. C. (2006). Drugs in the Brazilian print media: an exploratory survey of newspaper and magazine stories in the year 2000. *Substance Use and Misuse*, 41, 1263-1276.
- Palm, J. (2006). *Moral concerns - treatment staff and user perspectives on alcohol and drug problems*. Doctoral Thesis, University of Stockholm. Stockholm, Sweden.
- Petuco, D. R. S. (2011). Redução de Danos. In Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - São Paulo. (Org.), *Álcool e outras drogas* (pp. 127-138). São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
- Raupp, L., & Adorno, R. C. F. (2011). Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(5), 2613-2622.
- Ribeiro, L. A., Sanchez, Z. V. D. M., & Nappo, S. A. (2010). Estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo da droga. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 59(3), 210-218.
- Romanini, M., & Roso, A. (2012). Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 82-97.
- Ronzani, T. M., Fernandes, A. G. B., Gebara, C. F. P., Oliveira, S. A., Scoralick, N. N., & Lourenço, L. M. (2009). Media and drugs: a documental analysis of the Brazilian writing media between 1999 and 2003. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5), 1751-1761.
- Silveira P. S, Soares, R. G., Noto, A. N. & Ronzani, T. M. (2013). Estigma e suas consequências para usuários de drogas. In T. M. Ronzani (Ed.), *Ações Integradas sobre Drogas. Prevenção, Abordagens e Políticas Públicas* (pp. 249-274). Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Silveira, P. S, Martins, L. S., & Ronzani, T. M. (2009). Moralização sobre o uso de álcool entre agentes comunitários de saúde. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(1), 62-75.
- Wang, H., Naghavi, M., Allen, C., Barber, R. M., Bhutta, Z. A., & Carter, A. (2016). Global, regional, and national life expectancy, all-cause mortality, and cause-specific mortality for 249 causes of death, 1980–2015: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2015. *The Lancet*, 388(10053), 1459–1544.

Pollyanna Santos da Silveira, Ana Luisa Marliére Casela, Érika Pizziolo Monteiro,
Gabriela Correia Lubambo Ferreira, Jéssica Verônica Tibúrcio de Freitas,
Nathália Munck Machado, Pedro Henrique Antunes da Costa,
Telmo Mota Ronzani, Ana Regina Noto

Endereço para correspondência

Pollyanna Santos da Silveira

Universidade Católica de Petrópolis

Rua Benjamin Constant, 213, Centro, CEP 25610-130, Petrópolis – RJ, Brasil

Endereço eletrônico: pollyana.silveira@ucp.br

Ana Luisa Marliére Casela

Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – ICH, sala BIII21, CEP 36036-900, Juiz de Fora – MG, Brasil

Endereço eletrônico: analuisacasela@gmail.com

Érika Pizziolo Monteiro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Rua Ramiro Barcelos, 2600, Santa Cecília, CEP: 90035-003, Porto Alegre – RS, Brasil

Endereço eletrônico: erikapizziolo@gmail.com

Gabriela Correia Lubambo Ferreira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – ICH, sala BIII21, São Pedro, CEP 36036-900, Juiz de Fora - MG, Brasil

Endereço eletrônico: gabicorreia@gmail.com

Jéssica Verônica Tibúrcio de Freitas

Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – ICH, sala BIII21, São Pedro, CEP 36036-900, Juiz de Fora - MG, Brasil

Endereço eletrônico: jessicavtiburcio@gmail.com

Nathália Munck Machado

Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – ICH, sala BIII21, São Pedro, CEP 36036-900, Juiz de Fora - MG, Brasil

Endereço eletrônico: muncknathalia@gmail.com

Pedro Henrique Antunes da Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – ICH, sala BIII21, São Pedro, CEP 36036-900, Juiz de Fora - MG, Brasil

Endereço eletrônico: phantunes.costa@gmail.com

Telmo Mota Ronzani

Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – ICH, sala BIII21, São Pedro, CEP 36036-900, Juiz de Fora - MG, Brasil

Endereço eletrônico: tm.ronzani@gmail.com

Ana Regina Noto

Universidade Federal de São Paulo

Rua Botucatu, 862, 1º andar, Vila Clementino, CEP 04023-062, São Paulo – SP, Brasil

Endereço eletrônico: anareginanoto@gmail.com

Recebido em: 18/01/2016

Reformulado em: 09/04/2017

Aceito em: 08/08/2017

Notas

* Pós-Doutora. Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Ciências da Saúde no Departamento de Psicobiologia (DIMESAD) pela Universidade Federal de São Paulo. Pós-doutora pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com ênfase em álcool e outras drogas.

** Mestre. Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Psicóloga Clínica e Analista de Avaliação no Centro de Políticas e Avaliação Educacional (CAED).

*** Doutoranda. Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Saúde (GPPS).

**** Mestre. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFJF, na linha 'Processos Psicossociais em Saúde'. Tem experiência na área de pesquisa em Psicologia, com ênfase na área de dependência de substâncias pelo Centro de Referência em Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Drogas (CREPEIA). Psicóloga clínica com formação em Terapia Cognitiva. Professora da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE.

***** Mestre. Mestre em Psicologia e psicóloga pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pela Faculdade Redentor. Psicóloga Clínica, CRP: 04/45588.

***** Doutoranda. Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do Centro de Pesquisa, Avaliação e Intervenção em Álcool e Drogas (CREPEIA).

***** Doutor. Doutor em Psicologia pela UFJF. Professor da Faculdade Machado Sobrinho, Juiz de Fora.

***** Pós-doutor. Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Psicologia Social pela UFMG, Doutor em Ciências da Saúde pela Unifesp, Pós-Doutor em Álcool e Drogas pela USP e Uconn Health Center. Coordenador do Centro de Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Drogas (CREPEIA). Bolsista de Produtividade CNPq.

***** Doutora. Psicóloga. Mestre e Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professora do Departamento de Psicobiologia da Unifesp. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias (Nepsis). Bolsista de Produtividade CNPq.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.